Ranking de Notícias: Aprovação do novo CPC foi destaque

Chegou aos capítulos finais a novela do novo Código de Processo Civil, em debate no Congresso desde 2010. O Senado aprovou o texto-base da reforma nesta semana, com o objetivo de simplificar processos e acelerar decisões da Justiça. O texto cria uma fase prévia de conciliação e mediação entre as partes, por meio de centros de solução de conflitos, para tentar evitar que os casos cheguem à via judicial. Férias de advogados passam a ser expressas, assim como honorários a advogados públicos. A Ordem dos Advogados do Brasil elogiou as mudanças. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o tema.*

Presunção da inocência

Como ninguém pode ser considerado culpado antes de condenação transitada em julgado, inquéritos e ações penais em andamento não podem ser usados para aumentar a pena-base de réus. Assim decidiu o Supremo Tribunal Federal em um caso com repercussão geral, na qual o Ministério Público catarinense pedia que um acusado não fosse considerado primário, para fins de cálculo da pena, porque já respondia a outros processos criminais. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Ponto proibido

Escritórios de advocacia não podem funcionar em shopping centers, segundo a 1ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de São Paulo. O colegiado avaliou que esse tipo de empreendimento tem “fins nitidamente mercantis” e foge dos “princípios da não mercantilização da nossa profissão, do sigilo profissional e da discricção da publicidade”. Para o TED, a grande circulação de pessoas facilita a captação de clientela e gera concorrência desleal. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista da semana

O desembargador federal paulista Fausto De Sanctis, que atuou nos processos ligados às operações sатиagraha e castelo de areia, defende que juízes sejam firmes, exercendo suas tarefas de forma imparcial e com clareza de argumentos, além de levar em conta apenas elementos dentro dos autos. Sobre o chamado “ativismo judicial”, ele afirma que cabe ao Judiciário garantir a igualdade quando os demais Poderes silenciam em questões nas quais deveriam atuar. De Sanctis avalia ainda que a delação premiada é uma ferramenta “ética, útil e estratégica”. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Artigos da semana

Em meio à aprovação do novo Código de Processo Civil, uma série de especialistas decidiu avaliar as mudanças que vão ocorrer na legislação brasileira. Para o advogado e professor da UFMG [Dierle Nunes](#), o novo texto é “inovador” e vai promover “um equilíbrio salutar dos papéis da magistratura e advocacia”. O professor [Paulo Henrique dos Santos Lucon](#), da Faculdade de Direito da USP, comenta a criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, que possibilitará decisões mais rápidas. Já o professor da USP [Antonio Costa Machado](#) avalia que a reforma dá mais poderes para a magistratura de primeira instância, o que pode prejudicar a “segurança” e a “ponderação”.

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 542,5 mil visitas e teve 956,8 mil visualizações de página entre os dias 12 e 18 de dezembro. A quarta-feira (17/12) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 96,7 mil visitas.

O texto mais lido, com 18,7 mil visitas, foi a coluna *Diário de Classe*. Na era de acessos incessantes às redes sociais no celular, o juiz Alexandre Moraes da Rosa comenta o uso dessas ferramentas na sala de aula. Para ele, “acreditar que se está prestando a atenção na aula do curso de Direito ao mesmo tempo em que se está no Facebook, WhatsApp e outros programas, é o mesmo que acreditar que se pode dirigir um automóvel e teclar no WhatsApp”. Mas proibir o uso também não é a solução, afirma. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*

Com 15,3 mil leituras, ocupa o segundo lugar do ranking a notícia sobre a aprovação do novo Código de Processo Civil. A proposta passou no Senado na última terça-feira (16/12). *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[O professor de Direito foi derrotado pelo Facebook e pelo WhatsApp](#)

[Senado aprova texto-base do novo Código de Processo Civil](#)

[Especialistas falam sobre pontos mais polêmicos do novo CPC](#)

[Juiz que teve telhas quebradas por obra vizinha receberá R\\$ 93 mil](#)

[Empréstimo de veículo a terceiro não provoca perda da cobertura do seguro](#)

[Advogado não pode abrir escritório dentro de shopping center](#)

[Tribunais podem suspender prazos e audiências em janeiro, decide CNJ](#)

[Contagem de prescrição só começa com recebimento da denúncia, diz STF](#)

[Não incide IPI na importação de carro para uso próprio, julga Justiça Federal](#)

[Ministros do TCU criticam edital do Banco do Brasil para contratar advogados](#)

Manchetes da Semana

[2ª Turma do STJ permite que empresa em recuperação participe de licitação](#)

[Acordo de leniência não traz muitas vantagens para empresa, diz Dipp](#)

[TRF-4 mantém prisão preventiva de oito investigados na "lava jato"](#)

[Processos em andamento não podem aumentar pena, define Plenário do STF](#)

[Ministros do TCU criticam edital do Banco do Brasil para contratar advogados](#)

[Denúncia anônima justifica investigação criminal, decide 2ª Turma do STF](#)

[Senado aprova texto-base do novo Código de Processo Civil](#)

[CNJ permite que tribunais suspendam prazos em janeiro](#)

[Não cabe ao STJ afirmar legalidade da utilização da Tabela Price em contratos](#)

[Prisão de executivos é melhor do que suspender contratos, diz Sergio Moro](#)

[Polícia Federal pode abrir inquérito para investigar crimes estaduais](#)

[Suprema Corte dos EUA vai rever decisão sobre prisão perpétua para menores](#)

["Advogado que estimula cliente a fazer delação presta serviço útil para a Justiça"](#)

[Pro bono é menos desenvolvido no Brasil do que no resto da América Latina](#)

[Não é possível mover ação para exigir cumprimento de ordem judicial](#)
[Contagem de prescrição de crime começa com recebimento da denúncia, diz Supremo](#)

Date Created

20/12/2014